

A FORMAÇÃO DE VARIEDADES AFRICANAS DO PORTUGUÊS: ARGUMENTOS PARA UMA ABORDAGEM MULTIDIMENSIONAL

PERPÉTUA GONÇALVES*

1 – Limites e constrangimentos deste estudo

O título anunciado para esta comunicação é certamente muito ambicioso. Como todos sabemos, a formação das variedades africanas do Português (VAP) constitui um processo complexo, que envolve uma gama diversificada de aspectos de natureza linguística, histórica, cultural e até económica. Não é necessário sermos especialistas nesta área para nos apercebermos de que estamos ainda longe de dispor de informação sistemática, suficientemente rigorosa e credível, que nos permita formular generalizações fiáveis, que sejam válidas para as diferentes VAPs de cada um dos cinco países africanos em que elas estão emergindo. Na verdade, não são apenas os dados sobre a formação de cada uma das VAPs que nos faltam. O que nos falta ainda é também – e não menos importante – a distância histórica sobre este processo, que nos permita avaliá-lo com objectividade e isenção científicas.

Dado este contexto, penso que, antes de desenvolver o tópico desta comunicação, vale a pena determo-nos um pouco sobre alguns dos limites e constrangimentos que, no momento presente, envolvem ainda o nosso conhecimento e a nossa percepção da formação das VAPs. Proponho assim, em primeiro lugar, uma breve reflexão sobre as implicações que a falta de distância histórica pode ter para o estudo deste processo. Em seguida, gostaria de discutir a validade epistemológica deste conjunto que designamos 'VAPs'. Por fim, procurarei avaliar até que ponto é legítimo assumir a existência de VAPs em todos os países de língua oficial portuguesa. Considero que só com base nesta reflexão preliminar será possível compreender o alcance e os limites do estudo a ser aqui apresentado, retirando-lhe assim o tom demasiado ambicioso que o título sugere.

No que se refere aos constrangimentos de natureza histórica que ainda limitam o nosso acesso ao processo de formação das VAPs, é importante realçar que, se é um facto que tem quase cinco séculos a presença portuguesa nos diferentes países africanos, também sabemos que, diferentemente do que aconteceu

* Professora Associada da Universidade Eduardo Mondlane (Maputo-Moçambique).

no Brasil, estes territórios estiveram durante vários séculos na periferia do vasto império colonial, pelo que só a partir do século XIX (ou mesmo início do século XX) é que se desencadeou verdadeiramente o processo da sua colonização, e se formaram comunidades estáveis de colonos, capazes de imprimir à língua portuguesa um papel social significativo a nível local. É no quadro deste processo que se pode considerar que a história da língua portuguesa em África teve o seu início há cerca de cem anos. Contudo, mesmo admitindo que o início do processo de implantação desta língua em África data de há cerca de cem anos, este período, relativamente longo, não pode ser tomado como um *continuum* homogéneo – caso em que existiria já um distância histórica aceitável para o seu estudo – visto que as independências nacionais representam uma quase ruptura na dinâmica que esta língua tinha nos países africanos no período colonial, constituindo assim um marco importante, a partir do qual se pode considerar que tem verdadeiramente início a formação de novas variedades do Português, distintas do padrão europeu. São muitos os factores que concorreram para esta quase ruptura, podendo destacar-se, entre outros, a sua adopção como língua oficial numa fase em que se desencadearam nestes países profundas alterações sociais e políticas, e a desagregação da comunidade de falantes nativos desta língua, dada a saída em massa dos colonos portugueses no período que se seguiu às independências¹. É relativamente a esta nova e decisiva fase, que vai agora completar trinta anos, que considero ainda difícil apresentar, no momento presente, uma avaliação, objectiva e isenta, dos factores que melhor a caracterizam.

O segundo aspecto sobre o qual também gostaria de tecer algumas reflexões diz respeito ao tratamento das diferentes VAPs como fazendo parte de um conjunto único, ou melhor, uma questão que não podemos deixar de nos colocar refere-se à validade epistemológica do conjunto 'VAPs', também designado por vezes, de uma forma ainda mais simplificada, como 'Português Africano'. Tanto quanto sei, este conjunto é estabelecido com base em critérios externos, geográficos e linguísticos, de acordo com os quais as VAPs são agrupadas num conjunto único por se terem formado no *mesmo* continente (africano), a partir da *mesma* (variedade de) língua, o Português europeu. Na verdade, ao estabelecermos este conjunto, estamos a dar continuidade à tradição filológica portuguesa e brasileira, que estabelece, para além do Galego, as

¹ Cf. Gonçalves (1996: 26-31), onde se propõe uma periodização da história da língua portuguesa em Moçambique, apelando para factores sociais que desencadearam não só um aumento significativo do número de falantes de Português, como também um alargamento das funções que esta língua passa a desempenhar na comunicação pública.

variedades europeia e brasileira, adoptando assim, como refere Raposo (1984: 589), uma perspectiva “predominantemente historicista”, em que é privilegiada a história da língua e não a estrutura gramatical sincrónica. O autor critica esta tradição filológica por apresentar apenas uma “definição extensional” do Português, através da enumeração do “número total de objectos que são cobertos pelo termo”, e considera que ela deve ser complementada com uma “definição intensional, qualitativa, baseada nas propriedades (linguísticas) partilhadas pelos vários objectos” (Idem: 586). Tomando estas reflexões de Raposo (1984) como ponto de partida para a análise das VAPs, poderíamos interrogar-nos sobre se o facto de uma *mesma* língua ser falada em países que se encontram no *mesmo* continente legítima o seu agrupamento num conjunto único, ‘africano’, ou se não necessitamos igualmente de uma definição ‘intensional’, que nos dê alguma garantia relativamente à sua uniformidade gramatical, justificando assim o estabelecimento deste conjunto.

Não estamos ainda em condições de responder satisfatoriamente a este tipo de questões, dado que, como foi atrás referido, não dispomos de resultados de investigação empírica, suficientemente consistentes, que permitam extrair conclusões fiáveis.

Vejam, por fim, o terceiro constrangimento sobre o qual propus uma reflexão, relacionado com a própria existência de ‘variedades’ de língua portuguesa em todos os países em que esta é a língua oficial, uma questão que talvez devesse ter sido colocada logo no início desta apresentação. Na verdade, ao classificar como ‘variedades’ do Português os eventuais sistemas linguísticos que estejam a emergir em cada um dos países africanos, não estaremos, de novo, a partir de uma definição meramente ‘extensional’, sem tomar em consideração outro tipo de factores? Dito de outra maneira, que conteúdo gramatical ou mesmo sociolinguístico estamos a dar ao termo ‘variedade’ quando admitimos que ele é aplicável a todos os países africanos em que o Português foi declarado língua oficial? Estas são questões, não triviais, que se colocam relativamente às variedades de línguas ex-coloniais de um modo geral, e não apenas ao Português. Numa reflexão sobre as “variedades de língua segunda” (“second-language varieties”) do Inglês, e, mais especificamente, sobre as variedades “institucionalizadas”, Kachru (1986: 19) caracteriza-as como tendo “uma longa história de aculturação em novos contextos culturais e geográficos, onde desempenham uma vasta gama de funções nos sistemas educativo, administrativo e jurídico.” Para este autor, como resultado desse processo histórico, estas variedades deram origem “a um discurso nativizado e a tipos de estilos e sublínguas (registos) determinados funcionalmente”, onde se inclui a escrita criativa em vários

gêneros (Idem: 19)². Tomando como base esta caracterização, breve mas suficientemente identificadora do processo de formação de variedades não-nativas de línguas ex-coloniais, podemos perguntar-nos se será legítimo considerar que existem 'variedades' (institucionalizadas) do Português em todos os países africanos em que este foi declarado língua oficial. Tanto quanto é do meu conhecimento, em alguns desses países – nomeadamente Cabo Verde ou São Tomé e Príncipe – não só o Português não tem, para a maior parte da população, uma “longa história de aculturação”, como são as línguas crioulas que desempenham um leque amplo de funções na comunicação interpessoal e familiar, assim como na comunicação pública, tornando assim problemático, na perspectiva de Kachru (1986), considerar que ali já existem verdadeiras 'variedades' (institucionalizadas) do Português.

Uma vez mais, considero que não estamos ainda em condições de responder satisfatoriamente a este tipo de questões, faltando estudos que discutam estes critérios classificatórios e providenciem argumentos empíricos sobre a sua pertinência para todas as VAPs.

Não levarei adiante esta problematização de aspectos relacionados com a formação das VAPs. Com esta reflexão, pretendi apenas abrir caminho para a abordagem deste processo, que vou apresentar em seguida, a qual, como se pode desde já antever, não será tão ampla quanto o título desta comunicação poderia deixar entender.

Começarei assim por justificar os limites que me pareceu legítimo estabelecer relativamente à área de conhecimento coberta por este estudo, aos quais não é alheia a inexistência de trabalhos que disponibilizem informação sistematizada sobre as VAPs, do mesmo tipo e grau de profundidade.

Tanto quanto é do meu conhecimento, seja no plano linguístico mais estrito, seja no plano sócio-educacional, onde a questão da língua tem um papel fundamental, a variedade moçambicana tem sido a mais estudada, permitindo já ter uma visão relativamente objectiva dos factores que têm um papel de relevo na sua formação, assim como das propriedades gramaticais que a distinguem do modelo europeu³. Contudo, dados os constrangimentos atrás apontados, não parece correcto tomar este processo de formação desta variedade do Português como referência para as restantes VAPs. Desta forma, e a fim de não limitar demasiado o alcance epistemológico desta apresentação, vou permitir-me assumir, como hipótese de trabalho, que muitas das características da formação

² Para Kachru (1986: 19), este processo ocorreu tanto no sul e sudeste da Ásia (Índia e Paquistão, ou Singapura e Malásia) como em África (Nigéria, Gana, África do Sul, ...).

³ Para uma visão panorâmica dos estudos já realizados sobre o Português de Moçambique, veja-se Maciel & Pascoal (2002).

do Português de Moçambique (PM) podem, com alguma segurança, ser generalizadas para o Português de Angola, visto que, nestes dois países, esta língua está em contacto com línguas e populações do mesmo grupo, e desempenha funções sociais da mesma natureza (cf. Gonçalves 1996)⁴. Assumo assim que, tomando como referência as situações de contacto linguístico em que o Português se encontra em cada um dos países onde este foi declarado língua oficial, podem estabelecer-se duas zonas distintas:

- (i) A 'zona bantu', que inclui Angola e Moçambique, onde o Português está em contacto com línguas do grupo Níger-Congo, comumente designadas línguas bantu, e onde é um importante veículo de comunicação, sobretudo nas zonas urbanas;
- (ii) A 'zona dos crioulos', que abrange Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, onde o Português está em contacto com línguas crioulas, que são as línguas mais faladas pela maior parte da população.

A caracterização que se segue não poderá pois ser considerada válida para o processo de formação do conjunto das VAPs, mas apenas para as variedades da 'zona bantu', nomeadamente as VAPs moçambicana e angolana. Só estudos posteriores poderão confirmar até que ponto as características que estas últimas apresentam são válidas para as variedades da 'zona crioula'.

2 – A 'nativização'⁶ do Português na zona bantu

Apesar de ainda não dispormos de distância histórica suficiente para avaliarmos plenamente o processo de formação das VAPs, no momento presente é já possível identificar – relativamente aos países da 'zona bantu' –

⁴ A razão por que se propõe esta generalização de características do PM para o Português de Angola prende-se com a quase ausência de estudos sobre as áreas cobertas por esta apresentação, nomeadamente, questões de normatização desta língua e sua articulação com o ensino formal, atitudes do governo e dos falantes de Português face a esta língua, etc.

⁵ Embora *banto* seja uma palavra do léxico do Português europeu, flexionável em género e número, neste documento usarei a forma *bantu* (invariável em género e número), adoptada em geral pelos falantes de Português em África.

⁶ Termo usado por Kachru (1982) para fazer referência ao surgimento de inovações linguísticas, através das quais uma variedade não nativa é culturalmente integrada na ecologia social das pós-colónias.

algumas linhas de evolução e questões de natureza sociolinguística, de que procurarei dar conta neste trabalho.

Como foi já aqui referido, a decisão de escolher o Português como língua oficial no já longínquo ano de 1975, em países em que este era/é uma língua minoritária, constituiu um factor decisivo no processo de formação das VAPs, imprimindo-lhes uma nova e intensa dinâmica. Como afirma Firmino (2002: 232), por um lado, a escolha do Português como língua oficial foi “um resultado previsível dada a história do seu uso em Moçambique, o tipo de diversidade linguística prevalecente no país, as premissas ideológicas relacionadas com o tipo de sociedade concebida para o país”. Por outro lado, porém, como salienta o mesmo autor, esta decisão política teve como consequência o alargamento da comunidade de falantes de Português através da expansão da educação e das campanhas de alfabetização, fazendo igualmente com que este se tenha tornado, sobretudo nos meios urbanos, “um meio primário de comunicação nos domínios públicos, não somente em cenários institucionais, mas também nas interações quotidianas urbanas em espaços públicos, tais como restaurantes, ruas, mercados, etc.” (Idem: 235).

É assim que se pode compreender que, em menos de trinta anos, o conhecimento do Português pela população moçambicana tenha passado de cerca de 10% em 1975⁷ para quase 40% em 1997, como mostra o quadro 1. De acordo com dados do Recenseamento Geral de 1997, do total de pessoas que sabem falar Português, 72 % vivem em meio urbano. Esta predominância do número de falantes de Português nas cidades prende-se sobretudo com razões económico-sociais, nomeadamente o facto de o conhecimento desta língua constituir uma condição mínima para o acesso ao emprego. No campo, pelo contrário, não sendo uma língua indispensável à sobrevivência económica da população rural, o Português é usado em contextos muito restritos⁸. Note-se, além disso, que a percentagem de falantes que tem o Português como língua materna está concentrada nas faixas etárias com menos de 35 anos, podendo este fenómeno ser relacionado com a data da independência nacional, a qual, como se viu, constitui um marco importante na promoção social e consequente prestígio desta língua em Moçambique⁹.

⁷ Percentagem estimada com base em informação sobre a taxa de analfabetismo nesta data, de 90 % (Firmino, 2002: 236).

⁸ No campo, 74 % das pessoas têm uma língua bantu como língua materna.

⁹ É interessante notar que apenas 2 % (55 a 74 anos) ou mesmo 1 % (acima dos 75 anos) dos indivíduos da faixa etária acima dos 55 anos têm o Português como língua materna.

Quadro 1. Percentagem de falantes de Português em Moçambique¹⁰

ANO	LÍNGUA MATERNA	LÍNGUA SEGUNDA	TOTAL
1975	Sem informação	Sem informação	10%
1980	1,2 %	24,4 %	25,6 %
1997	6 %	33 %	39 %

Temos hoje de reconhecer, passados quase trinta anos sobre a data da independência de Moçambique, que, mesmo aqueles de entre nós que estavam naquela altura atentos às questões linguísticas, não avaliaram plenamente a dimensão do impacto que a adopção do Português como língua oficial iria ter no tecido social dos novos países. Eram muitas e complexas as questões que havia por resolver nos primeiros anos que se seguiram às independências, e, nesse período 'efervescente', o papel de língua de unidade nacional e de língua de comunicação internacional que o Português devia desempenhar justificava plenamente a decisão tomada, a qual não parecia assim merecer ser questionada ou problematizada.

De um modo geral, as declarações oficiais sobre a língua portuguesa que surgem nessa altura revelam uma atenção particular relativamente ao processo de 'nativização' que se esperava que atingisse esta língua, como resultado do seu uso massivo por comunidades que, na sua maioria, não a falavam como língua materna. Deste ponto de vista, o documento produzido pela Secretaria de Estado da Cultura em 1983, "Contribuição para a definição de uma política linguística na República Popular de Moçambique", pode considerar-se paradigmático da perspectiva oficial desse período histórico, relativamente ao futuro da língua portuguesa neste país. Nesse documento, podem encontrar-se afirmações como as que se seguem:

"A moçambicanização é a forma de nos apropriarmos do Português. (...) O Português falado em Moçambique há-de necessariamente transformar-se e distanciar-se do Português de Portugal porque a realidade moçambicana, à partida diferente da de Portugal, tem o seu próprio curso de desenvolvimento. (...)

[Compreender essa transformação do Português significa] admitir que o Português falado em Moçambique se venha a transformar na sua estrutura, no seu léxico, na sua pronúncia, no seu ritmo, na sua musicalidade, à medida que se afeiçoar ao que será a expressão da nossa "moçambicanidade." (meu sublinhado)

¹⁰ Os dados de 1980 e 1997 foram recolhidos no âmbito dos Recenseamentos Gerais da população realizados nestes anos (cf. Firmino 2001).

Na minha opinião, este documento expressa, de forma algo ingénua, os anseios e expectativas iniciais relativamente à futura dinâmica do Português em Moçambique: por um lado, previa-se a “apropriação” desta língua pela comunidade moçambicana e, por outro lado, esperava-se que essa transformação afectasse apenas algumas componentes do seu sistema linguístico [nomeadamente a sua “estrutura”, o seu “léxico” e a sua “musicalidade” (incluindo o ritmo e a pronúncia)].

Na sequência desta visão do processo de nativização do Português, verifica-se nesse período, por parte das camadas sociais mais instruídas, uma grande abertura às inovações lexicais e também a uma pronúncia ‘africanizada’ do Português. É assim que muitos neologismos surgidos de situações do quotidiano de então gozavam de grande prestígio junto de algumas camadas sociais, que os usavam frequentemente no seu discurso, como uma espécie de bandeira da moçambicanidade¹¹. Para esta mesma elite, contudo, as inovações gramaticais, que ocorriam igualmente com muita frequência no discurso corrente, não tiveram um reconhecimento comparável ao dos neologismos lexicais, não sendo consideradas parte legítima deste processo de apropriação do Português pela comunidade moçambicana¹². Assim, ainda que, do ponto de vista estritamente linguístico, estas construções constituam, tal como as inovações lexicais, evidências do processo de apropriação do Português pela comunidade moçambicana, elas são rejeitadas e classificadas pela elite como erradas. Em suma, as evidências da apropriação/nativização do Português que se exibiam em várias componentes do seu sistema não eram recebidas da mesma forma pela elite, que aceitava umas como legítimas e rejeitava outras como ilegítimas¹³.

¹¹ Estão neste caso palavras como *estrutura* (‘dirigente do partido ou do governo’), *bichar* (‘fazer bicha’) ou *abastecimento* (‘conjunto de produtos básicos de consumo como óleo, açúcar ou sabão’), ou mesmo *xiconhoca* (‘pessoa corrupta’, palavra cunhada artificialmente pelo partido Frelimo a partir de uma base portuguesa (*xico*, diminutivo do nome português Francisco, sinónimo pejorativo de ‘pessoa’) e uma raiz bantu (*nhoca*, ‘cobra’)).

¹² Estão neste caso, por exemplo, inovações que se registam a nível da regência verbal [exemplos: *É feio isso de dar dinheiro criança*. (PE: ... a uma criança); *As jovens divorciam-se com os seus esposos*. (PE: ... dos seus esposos)], a nível da concordância entre diferentes formas de tratamento [exemplo: *Jovem, procure o teu lugar*. (PE: ... procura...)], ou ainda na estruturação do discurso directo [exemplo: O presidente afirmou que não sei. (PE: ... que não sabia)].

¹³ Merigoux (1983) alerta para o facto de que, embora a legitimação de um dado fenómeno/traço linguístico seja, em princípio, um acto político, não se pode ignorar que há outros meios de legitimação, como é o caso da sua aceitabilidade (ou não) pelas camadas sociais dominantes.

Talvez se possa dizer que, no imaginário desta elite, o ideal de evolução do PM seria que este se transformasse de acordo com uma espécie de padrão 'literário', no qual a gramática da língua se conservasse intacta e apenas o léxico (e também a sua pronúncia) fosse 'nativizado'¹⁴. Ou talvez estivesse subjacente a esta visão do PM o modelo do Português do Brasil, onde sobressaem as alterações lexicais e fonéticas relativamente ao padrão europeu.

Acontece que, do ponto de vista linguístico, a vontade das elites não é suficientemente poderosa para impor um rumo à evolução das línguas naturais, e o que se verifica hoje, volvidos quase trinta anos após a independência de Moçambique, é que, contrariamente às expectativas iniciais, o PM evoluiu de acordo com dinâmicas próprias, e de alguma maneira não controláveis, ou melhor, a nativização do padrão europeu processou-se não de acordo com modelos literários/imaginários, mas de acordo com o contexto sociolinguístico em que é adquirido e usado.

Desta forma, o que melhor caracteriza ainda hoje esta comunidade de falantes é não o orgulho em falar um Português diferente, moçambicano, mas sim a vontade de 'falar bem' Português, isto é, a vontade de alcançar uma convergência com as regras do PE. Um argumento em favor do que acabo de dizer pode ser encontrado no abandono quase total das inovações lexicais surgidas no pós-independência, como produto do processo político-social de então – como é o caso das palavras *estrutura*, *bichar*, *abastecimento*, *xiconhoca* – antes tão valorizadas como marcas de moçambicanidade. Hoje, as novas gerações já não sabem o que significam esses termos, e isso deve-se em parte ao facto de a comunidade não ter manifestado, em nenhum momento, a necessidade ou o desejo de as preservar como parte de um património linguístico genuinamente moçambicano. Por outras palavras, as mudanças mais significativas que se observam actualmente no PM não resultam de uma vontade ou de um projecto comum consciente, de construção de uma variedade *nacional* da língua

¹⁴ Pense-se, a título de exemplo, na obra de escritores moçambicanos como Mia Couto ou Ungulani Ba Ka Khosa, que, ainda que usando recursos linguísticos diferentes, poderiam ser considerados modelos destas expectativas (inconscientes?) de muitos intelectuais. Com efeito, no seu discurso literário, a gramática europeia é respeitada, e a 'moçambicanidade' dos seus textos manifesta-se no uso de neologismos lexicais de diferentes tipos. Assim, Mia Couto distingue-se pelo uso frequente de amálgamas (cf. *fraqueza* → *fraque(za)* + (*forta*)*leza*; *misantrôpego* → *misan(tropo)* + *trôpego*) ou pela hiperprodutividade de recursos morfológicos disponíveis na língua portuguesa, como é o caso da derivação (cf. *barulho* → *barulhar* (idem *orgulho* → *orgulhar*, no PE); *glória* → *desglória* (idem *confiança* → *desconfiança*, no PE). Ungulani Ba Ka Khosa, por seu lado, destaca-se pelo recurso frequente a empréstimos das línguas bantu.

portuguesa. Essas mudanças decorrem 'naturalmente' da aquisição do Português como língua não-materna, num contexto em que os aprendentes não têm, em geral, acesso à norma nativa europeia, tomada como alvo, nem em ambiente natural nem através da instrução formal.

Este é o quadro geral da formação da variedade moçambicana do Português, e provavelmente também da angolana, o qual não corresponde à visão oficial inicial, que concebia a sua 'moçambicanização' de uma forma ideal e não problemática, não prevendo as dificuldades, ou mesmo os conflitos, que este processo iria desencadear num futuro não muito longínquo. Num breve exercício de avaliação desta fase de implantação do Português, no plano social e linguístico, pode dizer-se que, de um modo geral, nos primeiros anos que se seguiram à independência não havia uma consciência clara de que:

- apesar de ser uma língua não materna para a maior parte dos membros das comunidades africanas, o Português iria ser a língua de mais alto prestígio, criando disparidades socioculturais nem sempre fáceis de gerir;
- sendo falado como língua não materna, o Português iria registar múltiplas alterações das suas propriedades e regras, requerendo decisões, políticas, sobre a sua legitimidade e aceitabilidade;
- o Português iria ser ensinado por professores que, em muitos casos, nunca tiveram contacto com a norma europeia nativa, e iria ser aprendido por crianças que, pelo menos nas comunidades rurais, apenas iam ter acesso a esta língua nas escassas horas que passam na escola, tornando-se uma das principais causas do alto índice de insucesso escolar.

Em suma, mesmo que a adopção do Português como língua oficial nos novos países africanos estivesse suficientemente justificada a nível político, nacional e internacional, e mesmo que houvesse disponibilidade intelectual para a sua nativização, não era fácil avaliar a natureza e a dimensão dos problemas que iriam decorrer dessa decisão, sobretudo a nível da planificação linguística e da educação.

No estudo a ser aqui apresentado, procurar-se-á reflectir sobre as implicações do processo de mudança linguística que atinge o Português nos países da zona bantu, quer a nível do ensino formal, quer a nível da planificação linguística. Pretende-se assim apresentar uma abordagem multidimensional, em que a mudança linguística é articulada, simultaneamente, com o processo de ensino e com o processo de normatização, tomando como base argumentação que estimule e renove a reflexão que muitos de nós vêm fazendo há vários anos sobre o processo de formação das VAPs.

3 – Abordagem multidimensional da nativização do Português

Como foi já aqui referido, a apropriação do Português pelas comunidades dos países da zona bantu e consequentes alterações relativamente ao padrão europeu são determinadas por factores sociais e linguísticos, típicos do contexto em que esta língua é adquirida e usada, contrariando assim os anseios e expectativas das elites. Entre os factores que dão origem a estas mudanças ressaltam, por um lado, as dificuldades na aquisição do Português como L2 por falantes com línguas maternas bantu, e, por outro, o processo de aculturação desta língua nas diversas regiões em que é falada. Estas são duas dimensões cruciais do processo de formação de todas as variedades de línguas ex-coloniais, que, desde há muito tempo, têm ocupado e simultaneamente dividido os investigadores, sobretudo aqueles que se dedicam ao estudo das variedades institucionalizadas do Inglês. De uma forma geral, na argumentação aduzida em torno deste tópico, é dominante a preocupação em demonstrar que as variedades de línguas ex-coloniais resultam não de um processo 'incompleto' de aquisição da língua-alvo – o padrão europeu, que é tipicamente adquirido como L2 – mas de “estratégias cognitivas e comunicativas, eficientes e eficazes” (Sridhar, 1992: 141), através das quais se processa a sua adaptação ao novo contexto sociocultural e linguístico. Por outras palavras, o seu tratamento como ‘interlínguas’ (Selinker 1972), ou sistemas gramaticais provisórios próprios de aprendentes de L2, é particularmente contestado, visto que tal implicaria, de algum modo, atribuir-lhes o estatuto de línguas “imperfeitas”¹⁵.

Sejam quais forem as causas que explicam o processo de diferenciação das variedades de línguas ex-coloniais relativamente aos modelos nativos europeus, a verdade é que as mudanças que se registam nessas variedades não se manifestam de igual forma em todas as suas componentes. De uma forma geral, pode dizer-se que existe uma relativa assimetria entre as inovações lexicais de um lado, que são mais dispersas, e as inovações gramaticais ou fónicas do outro, que têm carácter mais regular. Esta assimetria relativamente às áreas de mudança

¹⁵ Sridhar & Sridhar (1994: 44-49) apresentam um conjunto de argumentos sobre diferenças não triviais entre os aprendentes individuais de L2s e os aprendentes de variedades não nativas (do Inglês), questionando assim a validade e pertinência do tratamento destas últimas como meras instâncias de aquisição de L2. Os autores mostram, mais particularmente, as diferenças existentes entre estes dois tipos de situações de aquisição de L2 a nível da língua tomada como alvo da aquisição, assim como relativamente à natureza das evidências disponíveis para os dois tipos de aprendentes, e ainda quanto às motivações para a aquisição e quanto às funções de comunicação que desempenham as L2s para estes dois tipos de aprendentes.

linguística constitui assim um traço comum a todas as variedades não-nativas, estando prevista pela teoria linguística, que prediz que as línguas exógenas, como é o caso das línguas ex-coloniais, têm tendência a mudar não tanto através da incorporação de vocabulário novo, mas antes através da incorporação de traços gramaticais (fonéticos, sintácticos e morfológicos) (cf. Thomason & Kaufman 1988)¹⁶.

Tomando este quadro teórico como referência para a análise do PM, verifica-se que os dados já recolhidos e analisados confirmam a validade desta previsão. Assim, num estudo realizado sobre o discurso oral de residentes de Maputo, constatou-se que 90 % dos desvios diziam respeito à área gramatical, em contraste com as inovações lexicais, que apenas representavam 10 %¹⁷.

De um modo mais particular, verificou-se que, no PM, as inovações gramaticais em sentido estrito, que afectam a sintaxe e a morfo-sintaxe, assim como as inovações fónicas, que afectam a pronúncia das palavras e a entoação frásica, são mais frequentes e regulares do que as inovações lexicais. Estão no primeiro caso, entre outras¹⁸, as mudanças morfo-sintácticas já aqui referidas, que se registam a nível da regência verbal, da concordância entre formas de tratamento, ou da estrutura do discurso directo. Quanto às mudanças fónicas, estas afectam, por exemplo, o padrão silábico, que se traduz pela tendência a estabelecer a sequência consoante-vogal como estrutura típica da sílaba¹⁹. No que se refere ao vocabulário, por seu lado, constata-se que, no PM, para além dos neologismos relacionados com a realidade local (fauna, flora, cultura, etc.), as inovações lexicais produzidas pelos falantes são pontuais e pouco sistemáticas. Isto significa que, embora no momento presente seja já possível listar um número considerável de inovações deste tipo – que incluem neologismos, semânticos e formais, e empréstimos – é também muito provável que muitos deles nunca venham a ser usados sistematicamente a nível da comunidade moçambicana, e talvez mesmo nem sequer pelos próprios falantes que os

¹⁶ Ao contrário das línguas locais, tipicamente adquiridas como línguas maternas, que mudam sobretudo a nível do vocabulário, através da incorporação de palavras ou radicais das línguas-fonte, as línguas ex-coloniais europeias.

¹⁷ Cf. Gonçalves & Sítio (1999), onde se apresenta uma demonstração da validade da teoria de Thomason & Kaufman (1988) para o caso do Português e de uma língua bantú de Moçambique, o Changana.

¹⁸ Para uma visão panorâmica, veja-se Gonçalves (2001).

¹⁹ Este fenómeno desencadeia efeitos diversos no sistema fónico do PM, destacando-se particularmente a tendência a introduzir uma vogal a seguir a sílabas terminadas em consoante no PE (exemplos: [a'briri] (*abrir*) ou [difikulidadi] (*dificuldade*)), ou a introdução de uma vogal ("cópia" da vogal tónica) em grupos consonânticos iniciais de sílaba (exemplo: [pata'ráw] (*patrão*)).

criaram e usaram numa dada situação de comunicação. Uma evidência deste fenómeno é que, como foi já aqui visto, mesmo os neologismos que, num certo período histórico, chegaram a ter uma difusão social significativa foram abandonados em menos de trinta anos, não tendo assim chegado a ser incorporados como parte do património lexical do PM. Como consequência deste tratamento das inovações lexicais pela comunidade, no momento actual, para além de termos que já eram usados na época colonial (cf. *machamba* ou *machimbombo*), são ainda em número reduzido os neologismos surgidos no pós-independência usados sistematicamente pela comunidade moçambicana [cf. *chapa* ('meio de transporte público'), *boss* (do Inglês, 'chefe'), ou (*ter*) *infelicidade* ('falecimento')]. Esta dinâmica do processo de formação das VAPs impõe naturalmente limites à investigação linguística que, mais do que noutros domínios, necessita de uma maior distância histórica, a fim de poder confirmar se os neologismos que circulam em dado momento virão a ser efectivamente incorporados no léxico da comunidade e, consequentemente, transmitidos às novas gerações, ou se se trata quer de meros modismos passageiros, quer de criações individuais pontuais²⁰.

Em suma, as divergências que se registam no PM relativamente ao padrão europeu devem ser vistas como resultado natural do contexto em que esta variedade de língua está emergindo, o qual inclui quer dificuldades inerentes ao processo da sua aquisição como L2, quer necessidades decorrentes do seu uso por uma comunidade culturalmente distinta.

Como foi já aqui referido, o processo que está dando origem a novas variedades do Português não pode ser ignorado pelo poder político que tem não só de se pronunciar sobre a aceitabilidade e legitimidade das diversas mudanças em curso, como estabelecer a forma como estas deverão ser tomadas em consideração no ensino formal, que é o principal responsável pela transmissão e

²⁰ É interessante assinalar que, provavelmente devido a factores de natureza ideológica ou mesmo emocional, relacionados com a já referida ânsia relativamente à 'apropriação' do Português pela comunidade moçambicana, foram recentemente publicadas duas compilações de 'moçambicanismos' (cf. Lopes (2002) e Dias (2002)), que não só integram palavras registadas em dicionários correntes do PE (cf. Lopes (2002): *mercado*, *feiticeiro*, *palhota*, etc.), como também registam como entradas lexicais palavras que não parecem ser representativas desta comunidade de falantes, como é o caso de *capulanada* ('estar coberta de capulanas'), *ligurte* ('iogurte'), *xicalamedida* ('roupa em segunda mão que fica sempre bem'). Numa análise destes dois trabalhos, Mendes (2004: 35) alerta para a necessidade de, ao registar uma palavra como "nova", os investigadores tomarem em consideração a diferença, entre "neologismos de língua" e "neologismos de discurso", sendo que apenas os primeiros deverão constar nos dicionários de língua.

reprodução da norma oficial. Assim, admitindo que, no caso do PM, devido ao grau e intensidade das mudanças já registadas, algumas delas merecem já ser alvo de uma padronização, torna-se necessário dispor de informação técnica e formal sobre os novos traços linguísticos que apresentam carácter mais regular e que são, por conseguinte, elegíveis para fazer parte da norma moçambicana do Português. Além disso, uma vez desencadeado um tal processo, é fundamental ponderar os efeitos, não necessariamente positivos, que a escolha de uma norma moçambicana do Português poderá ter a nível do ensino formal. Estas são as questões que, no âmbito de uma abordagem multidimensional do processo de formação das VAPs, gostaria de discutir aqui, salientando alguns constrangimentos relacionados quer com a padronização do PM, quer com a gestão de uma (nova) norma, moçambicana, no ensino oficial.

Até ao momento presente, embora em Moçambique a norma do Português oficialmente estabelecida como referência seja o padrão europeu, o conhecimento e domínio desta norma estão circunscritos a uma elite reduzida. Assim, mesmo que o discurso oficial declare o padrão europeu como referência quer para as instituições escolares quer para os meios de comunicação social, tal medida, política, não impede que muitas das suas regras sejam desconhecidas pela maior parte dos falantes de Português em Moçambique. Como consequência, actualmente, a norma oficial preconizada como alvo não é, de facto, usada pela maioria dos falantes do PM, incluindo os próprios professores encarregados de a transmitir. Cria-se assim uma notória "discrepância entre a política educacional para o ensino do português em Moçambique e o uso diário desta língua na escola moçambicana" (Nhampule & Martins 1999). Como consequência, os professores primários, que deveriam ter um papel decisivo na transmissão desta norma, experimentam "uma grande ansiedade e insegurança linguística ao lidarem com a língua portuguesa", as quais podem ser atribuídas ao facto de a sua própria variedade do Português ser diferente daquela que se encontra nos livros escolares (Hyltenstam & Stroud, 1997: 84). Por outras palavras, no momento presente, os próprios agentes encarregados de reproduzir a norma oficial são obrigados a instruir em/e através de uma forma de Português na qual não se sentem confortáveis. Esta situação, como sublinha Stroud (1997: 26), "coloca um dilema para a educação em Moçambique, nomeadamente a necessidade prática de ensinar em e através de uma norma linguística que dificilmente se encontra no uso geral, tanto fora como dentro dos estabelecimentos educacionais", acabando os professores por fornecer aos seus alunos "modelos de inconsistência" linguística.

Parece haver algum consenso, entre os investigadores que trabalham na área educacional e na planificação linguística, de que um primeiro passo a dar

tendo em vista a solução desta contradição é o estabelecimento de um padrão moçambicano para a língua portuguesa em Moçambique. Tal como tem sido feito noutros países, esta norma seria muito provavelmente estabelecida com base no discurso de pessoas instruídas, isto é, deveria ser escolhido como padrão do PM o dialecto educado ou “caro” (Firmino 2002), “que é relativamente estável e suficientemente adequado para ser institucionalizado” (Lopes, 1997: 45).

O estabelecimento da norma moçambicana culta do Português é, contudo, uma tarefa particularmente complexa, devido a razões de ordem diversa, entre as quais sobressaem a instabilidade da sua gramática e o papel que as atitudes da comunidade face às suas próprias inovações linguísticas pode ter neste processo.

Tal como acontece tipicamente em falantes de uma L2, a gramática dos falantes do PM distingue-se por apresentar uma variabilidade maior do que aquela que se verifica com as línguas faladas como L1s, visto que os traços elegíveis para esta norma não se distribuem uniforme e sistematicamente pelos falantes que podem ser classificados como ‘instruídos’. Esta instabilidade manifesta-se de diversas formas. Em primeiro lugar, pode apontar-se o facto de que, à semelhança do que acontece com os falantes de variedades não-nativas de uma forma geral, os falantes do PM distinguem-se por operarem com mais do que uma gramática, numa espécie de ‘diglossia interna’ (Lightfoot 1991), que se exhibe na co-ocorrência, no discurso de um mesmo falante, de formas convergentes com a norma gramatical do PE, e de formas desviantes a esta norma (exemplo: *Viu-a e abraçou-lhe.*(= ... abraçou-a)). Em segundo lugar, pode referir-se o facto de que esta diglossia interna dá frequentemente origem à falta de coerência entre as produções linguísticas espontâneas dos falantes e os juízos de gramaticalidade que emitem sobre frases que eles próprios podem ter produzido num outro momento, quando submetidos a procedimentos experimentais. Por fim, pode destacar-se o carácter não sistemático dos desvios à norma europeia, que pode ser verificado no facto de nem todos os falantes partilharem as mesmas regras gramaticais²¹.

²¹ Por exemplo, numa testagem destinada a verificar o grau de difusão de traços linguísticos divergentes do PE, identificados no discurso de falantes instruídos, verificou-se que só metade da população auscultada aceitava esses traços como fazendo parte da sua gramática. Assim, de um conjunto de cerca de 40 inquiridos, com o mesmo nível de instrução, só 50% aceitam a supressão do pronome pessoal reflexivo em verbos como *sentar-se* ou *atrasar-se*, e menos de 50% aceitam a inserção da preposição *a* junto de complementos directos (exemplo: *Elogiam a uma pessoa*). Cf. Gonçalves (1990).

Por seu lado, as atitudes, negativas ou positivas, dos falantes de variedades não-nativas face às suas próprias inovações devem também ser tomadas em consideração num processo de padronização linguística, visto que elas podem determinar a sua aceitação e consequente conservação como parte do património de uma dada comunidade, ou, pelo contrário, levar à sua rejeição e consequente abandono. De acordo com Sridhar & Sridhar (1986: 4-5), vários estudos realizados sobre variedades não-nativas do Inglês (da Ásia ou da África) mostram que, para os falantes destas variedades, a norma nativa europeia é "irrelevante", e as normas locais que se apresentam muito próximas dessa norma são classificadas como "pedantes", "snobes" "afectadas", etc. De acordo com estes autores, esta atitude positiva face à nativização do Inglês deve-se à necessidade de "indigenizar a língua para a tornar um veículo capaz de transportar o peso da sua experiência indiana ou africana." Tanto quanto se sabe, no caso do PM, não é esta a atitude típica dos falantes face às divergências que esta variedade apresenta relativamente ao padrão europeu²². De acordo com os resultados de um inquérito-amostragem realizado por Firmino (2002) junto de residentes de Maputo com profissões "de prestígio", constatou-se que, embora os inquiridos tivessem mostrado desprezo pela forma de falar o Português como um português, não consideram que a gramática europeia deva ser renegada, defendendo que a forma moçambicana de falar Português é construída sobretudo a partir de "características paralinguísticas e discursivas, como é o caso do sotaque." (Idem: 193). Por outras palavras, os falantes do PM não parecem (ainda?) manifestar atitudes positivas face ao processo de nativização do padrão europeu, de que eles próprios são os agentes, diferentemente do que acontece noutras regiões anteriormente colonizadas por potências europeias. Estas atitudes podem vir a dificultar a difusão de traços seleccionados como parte da norma moçambicana, não podendo ser ignoradas no âmbito de um processo de padronização do PM.

Não levarei adiante esta reflexão sobre as dificuldades e constrangimentos que se colocam à normatização do PM. Pelo contrário, proponho que, por momentos, admitamos que é possível resolver os problemas atrás levantados, e vejamos qual o impacto que o estabelecimento de uma norma moçambicana (cult) do Português poderia/poderá ter no ensino formal, ou melhor, proponho

²² Dado que a questão das atitudes está fortemente condicionada por dinâmicas socioculturais, é provável que haja diferenças significativas entre as atitudes dos falantes de Português, em Moçambique e em Angola. Tanto quanto é do meu conhecimento este tipo de pesquisa não foi ainda feito para esta última variedade do Português.

uma reflexão sobre a seguinte questão: será que padronização do PM pode pôr fim ao dilema que se coloca hoje à educação no que se refere à contradição entre a norma da escola e as diversas normas dos alunos que a frequentam? Ou ainda: será que o estabelecimento de uma norma moçambicana do Português pode ser visto como A solução dos problemas criados a nível educacional pela ruptura com a norma europeia?

Sem pretender dar uma resposta definitiva a estas questões, parece-me importante alertar que não se pode pensar que, a partir do momento em que sejam reconhecidas oficialmente (pelo menos) algumas das propriedades do 'novo' sistema linguístico emergente do PM, ficam resolvidos muitos dos problemas que hoje se colocam às instituições escolares, tal como o alto índice de repetência dos alunos do ensino primário ou a insegurança linguística dos professores primários. De um modo mais particular, considero que, mesmo que se estabeleça uma norma moçambicana do Português, que integre traços da gramática dos falantes cultos, vai certamente manter-se o conflito linguístico entre a norma 'educada' e as diferentes variantes 'não-educadas', ou 'baratas' (Firmino 2002), usadas por uma parte relevante desta comunidade de falantes de Português. Com efeito, com o estabelecimento de uma norma culta/educada/cara do PM, as variedades não-educadas passarão a ter o estatuto não-padrão, renovando-se assim a discrepância entre a nova norma-alvo (moçambicana) proposta pela escola e outras normas populares, usadas por falantes de diferentes origens sociais e regionais, e que constituem "outras formas de identidade social, convenções e valores" (Stroud, 1997: 29).

Por conseguinte, ao reflectir sobre a padronização do PM, não se pode ignorar que, se a adopção de um novo padrão faz parte de uma política linguística de valorização e reconhecimento oficial de inovações introduzidas pelos membros da comunidade moçambicana, tal não vai impedir que as instituições escolares continuem a debater-se com a necessidade de definir estratégias pedagógicas que impeçam que a adopção de uma norma moçambicana do Português constitua um (novo) instrumento de discriminação das camadas populacionais que usam outras normas, igualmente nacionais²³.

Não levarei adiante esta apresentação dos constrangimentos que se colocam à padronização do PM, assim como dos seus efeitos possíveis a nível do

²³ Do ponto de vista das instituições escolares, o reconhecimento das variantes não-padrão no sistema de ensino implica uma série de medidas práticas que incluem, entre outras, (i) a descrição das diferentes variantes não-padrão, (ii) a planificação de um currículo escolar que garanta a transição da língua-do-aluno para a língua-da-escola, e (iii) uma formação de professores que os prepare para dinamizar esta transição. Cf. Gonçalves (2000)

ensino formal. Com esta reflexão, pretendia, acima de tudo, levantar questões de natureza diversa, que podem permitir renovar a nossa percepção sobre a formação das VAPs, ou, pelo menos, sobre o processo de nativização do Português nos países da zona bantu.

4 – Ponto de situação e perspectivas

Num breve balanço final da argumentação aqui apresentada sobre a formação das VAPs, gostaria de sublinhar que só é possível avaliar e gerir este processo com base num conhecimento sólido, empiricamente suportado, dos factores que nele intervêm, em cada um dos países africanos em que o Português foi declarado língua oficial.

Se é verdade que o período de trinta anos que nos separa das independências destes países é insuficiente para uma avaliação objectiva e realista deste processo, também é verdade que, ao fim deste período, é já possível ter uma percepção relativamente clara dos factores que é necessário ponderar, seja no quadro de uma descrição das gramáticas das VAPs, seja no âmbito de um processo de planificação e padronização linguística, seja ainda no quadro de uma abordagem cognitiva, orientada para o estudo da aquisição do Português como L2.

Espero assim que a abordagem multidimensional aqui apresentada tenha, pelo menos, o mérito de ter proporcionado uma reflexão tão objectiva e serena quanto possível sobre esta área do conhecimento, tantas vezes perturbada por pressupostos e preconceitos deformadores da realidade.

Entretanto, não se pode deixar de assinalar que esta reflexão sobre a formação das VAPs será tanto mais produtiva e profunda quanto ela for baseada em pesquisa teoricamente suportada, e desenvolvida no quadro de metodologias científicas adequadas ao objecto de estudo. Esta parece ser ainda hoje a grande lacuna que tolda o conhecimento das variedades não-nativas de línguas ex-coloniais de uma forma geral, incluindo naturalmente as VAPs. Como afirmam Sridhar & Sridhar (1994: 41-42), referindo-se aos estudos sobre as variedades não-nativas do Inglês, a maior parte deles tem ainda um carácter demasiado impressionista e atóxico, seja porque não estão consistentemente ancorados num quadro teórico, seja porque não empregam metodologias de pesquisa suficientemente fiáveis.

Assim, o grande desafio que se coloca actualmente à investigação sobre as variedades não-nativas de línguas ex-coloniais reside na capacidade de as analisar de acordo com teorias e metodologias científicas actualizadas, condição

'sine qua non' para que a problemática da sua formação seja reconhecida na arena internacional, mostrando desta forma os contributos que o seu estudo pode dar, quer para o desenvolvimento da teoria linguística, quer para a renovação de metodologias de pesquisa.

Referências Bibliográficas

- DIAS, H. (2002) *Minidicionário de moçambicanismos*. Maputo: Edição da autora.
- FIRMINO, G. (2001) *Situação linguística de Moçambique: Dados do II Recenseamento Geral da População e Habitação de 1997*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- (2002) *A "Questão Linguística" na África Pós-Colonial: O caso do Português e das Línguas Autóctones em Moçambique*. Maputo: Promédia.
- Gabinete da Secretaria de Estado da Cultura (1983) Contribuição para a definição de uma política linguística na República Popular de Moçambique. Maputo (não publicado).
- GONÇALVES, P. (1990) *A Gramática de Português em Moçambique: Aspectos da Estrutura Argumental dos Verbos*. Lisboa, Universidade de Lisboa, Tese de doutoramento.
- (1996) *Português de Moçambique: Uma variedade em formação*. Maputo: Faculdade de Letras/Livraria Universitária.
- (2000) A questão da normatização de variedades não nativas de línguas coloniais: que humanismo?. In *L'Umanesimo Latino e l'Umanesimo Africano – Capo Verde 6-7-8 Gennaio 2000 – Atti del Convegno*, pp. 55-64. Treviso: Fondazione Cassamarca e Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.
- (2001) Panorama geral do português de Moçambique. *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*, 79: 977-990.
- GONÇALVES, P. & SITOE, B. (1999) Mudança linguística em situação de contacto de línguas: O caso do Changana e do Português. *Travessias*, 1: 73-86.
- HYLTENSTAM, K. & STROUD, C. (1997) *Relatório final e recomendações da avaliação de materiais de ensino para o 1.º grau do ensino primário em Moçambique. II. Questões linguísticas*. Maputo: Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação.
- KACHRU, B. (1982) *The other tongue: English across cultures*. Urbana-Champaign, IL: University of Illinois Press.
- (1986). *The alchemy of English*. Oxford: Pergamon Press.
- LIGHTFOOT, D. (1991) *How to set parameters: arguments from language change*. Cambridge Massachussets: MIT Press.
- LOPES, A. (1997) *Política linguística: Princípios e problemas*. Maputo: Livraria Universitária/Universidade Eduardo Mondlane.
- LOPES, A.; SITOE, S. & NHAMUENDE, P. (2002) *Moçambicanismos: Para um léxico de usos do Português Moçambicano*. Maputo: Livraria Universitária/Universidade Eduardo Mondlane.
- MACIEL, C. & PASCOAL, J. (2002) Produção científica sobre o Português de Moçambique. In A. Ngunga, S. Patel, I. Pereira & A. Simango (orgs.) *Investigação em ciências sociais e humanas: situação actual e perspectivas*, pp. 71-93. Maputo: Livraria Universitária/ Universidade Eduardo Mondlane.

- MENDES, I. (2004) Falta rigor em obras lexicográficas. *Proler*, 11: 33-35.
- MERIGOUX, E. (1983) Abordagem sociolinguística do Português falado em Moçambique. Maputo: Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação.
- NHAMPULE, A. & MARTINS, F. (1999) Política educacional e ensino de língua. Comunicação apresentada no 1.º Encontro Nacional de Investigação e Formação da Escola Superior de Educação de Lisboa (Lisboa, Novembro de 1999) (não publicada).
- RAPOSO, E. (1984) Algumas observações sobre a noção de língua portuguesa. *Boletim de Filologia*, XXIX: 585-592.
- SELINKER, L. (1972) Interlanguage. *IRAL*, 10: 209-231.
- SRIDHAR, S. (1992) The ecology of bilingual competence: Language interaction in the syntax of indigenized languages. *World Englishes*, 11: 141-50.
- SRIDHAR, K. & SRIDHAR, S. N. (1986) Bridging the paradigm gap: Second language acquisition theory and indigenized varieties of English. *World Englishes*, 5: 3-14.
- SRIDHAR, S. & SRIDHAR, K. (1994) Indigenized Englishes as second languages: Toward a functional theory of second language acquisition in multilingual contexts. In R. Agnihotri & A. Khanna (eds.) *Second language acquisition: Socio-cultural and linguistic aspects of English in India*, pp. 41-63. New Delhi/Thousand Oaks/London: Sage Publications.
- STROUD, C. (1997) Os conceitos linguísticos de 'erro' e 'norma'. In C. Stroud & P. Gonçalves (orgs.) *Panorama do português oral de Maputo. Volume 2: A construção de um banco de 'erros'*, pp. 9-35. Maputo: Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação.
- THOMASON, S. & KAUFMAN, T. (1988) *Language contact, creolization, and genetic linguistics*. Berkeley: University of California Press.